

Resumo de notícias econômicas

09 de Agosto de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 149

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 09 DE AGOSTO DE 2021

Tesouro terá R\$ 1 tri contra turbulência

‘Colchão de liquidez’ previsto para 2022 é seguro contra instabilidades na economia

O Estado de S. Paulo

No ano das eleições de 2022, o Tesouro Nacional prevê entrar com reserva de caixa de mais de R\$ 1 trilhão, recurso suficiente para pagar todos os títulos da dívida que vencerão ao longo do ano. Esse é o “colchão de liquidez”, recurso que o governo tem exclusivamente para o pagamento da dívida e que funciona como uma espécie de seguro para o enfrentamento de instabilidades e movimentos de alta volatilidade dos preços dos principais indicadores do mercado, como juros e dólar. Nestes momentos, o Tesouro pode botar o pé no freio reduzindo a venda de títulos, quando o mercado sente a pressão provocada pelo aumento de incertezas fiscais e ruídos políticos. O Banco Central (BC) também endurece o processo de alta de juros e elevou em um ponto porcentual a taxa Selic, para 5,25%, para controlar a alta da inflação.

Para o estrategista da Renascença DTVM, Sérgio Goldenstein, o Tesouro foi bem-sucedido em recompor o colchão de liquidez depois do aperto no ano passado. “Ele tem uma gordura para momentos de volatilidade e poder reduzir suas emissões de títulos, reduzindo a venda de títulos”, avalia Goldenstein, que já foi chefe do Departamento de Mercado Aberto (Demab) do BC e especialista nessa área. Segundo Goldenstein, o mercado vem subindo ao longo dos últimos dias com uma combinação de fatores que tem levado à alta dos juros futuros. Entre esses fatores estão a surpresa negativa com a inflação corrente mais alta, aumento dos núcleos e dos preços de serviços. Entrou mais fortemente no radar e nos preços o impacto do aumento do receio com o quadro fiscal e deterioração do quadro político-institucional.

A discussão de uma nova proposta para parcelar pagamentos de precatórios e a movimentação de líderes do governo para tirar essa despesa do teto de gastos (a regra

que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação) levaram à volatilidade de preços.

Outro fator que preocupa os investidores é o risco de aumento de gastos em ano de eleição. “O somatório desses fatores levou a um deslocamento muito forte para cima da curva de juros e isso gerou movimentos de “stop-loss” (contenção de perdas)”, explica Goldenstein.

O especialista aponta risco de piora na situação se houver furo no teto para acomodar os precatórios, valores devidos pela União após sentença definitiva na Justiça. O movimento foi mais intenso na chamada “barriga da curva”, mostrando que investidores passaram a ver mais chances de a elevação da Selic ser mais forte.

O colchão de liquidez está atualmente em R\$ 1,17 trilhão, na máxima histórica depois de ter caído fortemente no ano passado, quando a pandemia elevou os gastos do governo em R\$ 600 bilhões para o financiamento das políticas de enfrentamento do novo coronavírus e o governo passou a vender títulos de curtíssimo prazo, elevando os vencimentos em 2021. No fim do ano passado e no primeiro semestre de 2021, o Tesouro foi reforçando o caixa com a venda maior de títulos e a melhora do quadro fiscal.

Desde junho do ano passado, o colchão teve alta superior a 70%, chegando a um patamar que faz frente aos vencimentos de R\$ 1,18 trilhão nos próximos 12 meses. O repasse de R\$ 325 bilhões do lucro do BC com a variação cambial foi essencial para esse reforço no caixa.

No passado, o governo trabalhava com um colchão de três, quatro e seis meses. Agora passou para 12 meses. Essa reserva começou a ser forçada em 1998, após a crise da Rússia, depois de períodos de sufoco do governo para refinar sua dívida. Em 1997, na crise da Ásia, o caixa era praticamente zero.

A fotografia hoje da dívida do Tesouro em títulos (internos e externos) aponta uma parcela de 35% atrelada à taxa Selic, as LFTs, e 27% de títulos vinculados à variação da inflação, as NTN-Bs. Um terço dos papéis é prefixado, com taxa de juros definida na hora do leilão e, portanto, de maior risco para os investidores. Quando a taxa Selic aumenta, o estoque da dívida também sobe. A última alta de 1 ponto porcentual da Selic

vai aumentar em R\$ 30,8 bilhões a dívida bruta do governo, sendo R\$ 18,7 bilhões em títulos que estão no mercado.

‘Estratégia de liquidez foi definida em 1998’

Otávio Ladeira de Medeiros, subsecretário da dívida pública na Secretaria do Tesouro Nacional

O Estado de S. Paulo

• Na pandemia, o Tesouro enfrentou dificuldades e teve que vender títulos mais curtos. Qual a situação hoje?

Havia grande preocupação em relação à rolagem da dívida pública. Foi um momento bastante desafiador. De lá para cá, o cenário foi melhorando aos poucos, principalmente no 1.º semestre deste ano. Estamos bastante otimistas em relação à nossa capacidade de emissão de menos títulos de curto prazo e mais de médio e longo prazo, reduzindo o percentual da dívida vencendo em 12 meses, que cresceu muito durante a pandemia. Ele chegou a 27% e depois foi descendo na direção de se aproximar dos indicadores que tínhamos em dezembro de 2019 (18,7%) – está agora em 22,5%.

• Quando surgiu o colchão?

Em 1997, passamos por uma grande dificuldade. Estávamos no auge da crise da Ásia e logo depois veio a crise da Rússia, em 1998. O caixa se aproximou de zero de tal forma que não podíamos errar no leilão (de venda de títulos). Aconteceu um leilão, que por um motivo de volatilidade do mercado, frustrou e tivemos de fazer outro leilão no dia seguinte para captar os recursos para pagar (os títulos que estavam vencendo). Em 1998, percebemos que não dava para ficarmos convivendo com incertezas e o risco de aceitar qualquer taxa. Precisávamos ter um colchão mínimo. • O reforço no caixa está conectado às eleições?

A estratégia foi entendida como necessário lá em 1998. E, se olharmos ao longo do tempo, ele serviu a várias finalidades. Ele não tem um objetivo em particular. Só para dar um exemplo: nós tivemos a própria mudança do regime cambial, a crise da Argentina, o 11 de setembro, a crise financeira internacional em 2008... Vários eventos fora do radar e que o caixa se mostrou positivo.

- **De que forma a reviravolta no cenário de juros e inflação mais alta impacta a dívida?**

A leitura de futuro é mais importante do que os movimentos de curto prazo. Lidamos com muita tranquilidade na gestão da dívida pública com os ciclos de política monetária.

- **O custo da dívida vai subir?**

Se você enxerga um movimento de curto prazo, temos uma inflação e Selic um pouco mais alta em 2021. É verdade, mas se observamos um prazo mais longo, essa Selic mais alta está garantindo que o mercado veja a inflação caminhando em direção da meta.

AGU alertou Economia sobre custo de precatórios

Broadcast

O ministro Paulo Guedes se disse surpreso com os R\$ 89,1 bilhões em pagamentos determinados pelo Judiciário para 2022, ante R\$ 55,4 bilhões previstos, mas documentos mostram que a AGU já havia avisado a equipe econômica sobre a gravidade da situação,

O “meteoro” de dívidas judiciais que “surpreendeu” o Ministério da Economia às vésperas do envio da proposta de Orçamento de 2022 já vinha sendo alvo de alertas feitos pela Advocacia-geral da União (AGU) nos últimos meses, segundo documentos obtidos pelo Estadão/broadcast. O impasse em torno do crescimento explosivo dos chamados precatórios deflagrou um jogo de empurra entre a equipe econômica e o órgão jurídico do governo.

Enquanto o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a despesa pegou a equipe “de surpresa”, integrantes da AGU afirmam que os riscos de execução das dívidas judiciais não só foram informados, mas estavam mapeados no anexo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Um dos documentos mostra que, em 19 de março, a AGU enviou um ofício à Secretaria do Tesouro Nacional “para ciência e adoção de eventuais providências” diante da possibilidade de o STF emitir um precatório de R\$ 8,5 bilhões em favor do Estado da Bahia em ação que questiona os repasses do Fundef, fundo educacional que vigorou até 2006. O texto alerta que o precatório poderia ser

expedido ainda em 2021, ou seja, para pagamento em 2022 – o que ocorreu. O ofício foi encaminhado à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e à Procuradoria-geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão jurídico da Economia. Alertas adicionais foram feitos em 17 de maio e 14 de junho.

Outro documento mostra que, em 24 de novembro de 2020, a AGU solicitou ao Ministério da Economia informações sobre valores antecipados à Bahia para que pudessem ser descontados da dívida da União com o Estado. “Tais informações são necessárias para fins de liquidação do valor devido pela União”, diz o ofício. Sob críticas pela proposta de parcelar as dívidas, Guedes disse que foi pego de surpresa pelo aumento nessa despesa, estimada em R\$ 89,1 bilhões para 2022. O valor é 61% maior que os R\$ 55,4 bilhões previstos para este ano. Também existem outros dois documentos da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) da Economia, em que os técnicos se manifestam sobre comunicado de possível expedição de precatório em favor de Pernambuco (R\$ 3,8 bilhões) e Ceará (R\$ 2,6 bilhões).

Nos ofícios, de maio e junho, a área diz que a cobrança dessas dívidas “elevaria o risco de comprometimento da capacidade operacional de unidades administrativas federais e de desobediência a normas constitucionais e legais voltadas à uma gestão fiscal responsável, prejudicando o desenvolvimento de outras políticas públicas”.

Desde 2019, técnicos da área fiscal do ministério vinham alertado o então secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, para o problema. Ao mostrar-se surpreso com a fatura, Guedes empurrou o problema à AGU, que não teria avisado com antecedência sobre o passivo judicial a estourar em 2022. O órgão jurídico reagiu com nota dizendo que “não houve nenhuma atuação da AGU que pudesse ser considerada aquém daquela necessária”.

A AGU tentou buscar acordos com os governos estaduais, inclusive para fazer um “encontro de contas”, usando o dinheiro para abater dívida desses Estados com o governo federal. O maior obstáculo foi a necessidade de desenhar um acordo aplicável a todos os credores, sem vantagens para um ou outro. Procurado, o Ministério da Economia disse que conta de precatórios a ser paga no ano seguinte é apresentada “somente em julho” e que o valor de 2022 “foi, sim, inesperado e atípico”. A pasta

defende o parcelamento das dívidas como uma “maneira perene e previsível” de lidar com essa questão.

Lucros do segundo trimestre colocam ações de bancos em evidência

Broadcast

Os maiores bancos do Brasil divulgaram seus resultados nas duas últimas semanas e mostraram uma retomada em direção aos níveis pré-pandemia. Somados, os lucros do Banco do Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander Brasil cresceram 63% na comparação com o mesmo período do ano passado, em um cenário de inadimplência comportada e crescimento do crédito.

A expectativa agora é que as condições se mantenham favoráveis ao setor, com o ganho adicional que deve vir de spreads maiores em razão da alta na taxa de juros. O Banco Central elevou a Selic para 5,25% e sinalizou com a possibilidade de novo aperto, de mais um ponto, em setembro. "Com a economia funcionando mais aberta, os bancos devem seguir ampliando crédito em todas as modalidades e com spreads melhores", afirma Álvaro Bandeira, economista-chefe do Banco Modalmais. "O segundo semestre pode ser melhor também para operações de Tesouraria e reversão de provisões para devedores duvidosos." Ele acrescenta que as ações do setor estão defasadas e por isso podem ter melhor performance.

Para a Órama Investimentos, os papéis de bancos estão operando em múltiplos abaixo do histórico. Segundo o chefe de análise de ações, Phil Soares, os preços recuaram além do justificável e, com a lucratividade normalizada, devem voltar a subir.

O empenho das instituições para a digitalização dos serviços, até por força da concorrência, também é bem vista pelo mercado, pela possibilidade de levar a maior eficiência. Segundo Regis Chinchila, da Terra Investimentos, espera-se para os próximos meses um crescimento na qualidade dos lucros. Henrique Esteter, da Guide Investimentos, acrescenta que os resultados dos bancos começam a se normalizar após o baque do ano passado. Isso abre espaço para um posicionamento de longo prazo, apesar do cenário ainda desafiador.

Expectativa de alta para Ibovespa volta a crescer

Broadcast

As expectativas de alta para as ações no curtíssimo prazo voltaram a acelerar no Termômetro Broadcast Bolsa desta sexta-feira, mas, por outro lado, as previsões de queda, que haviam sumido nas últimas três semanas, voltaram a aparecer. O Termômetro tem por objetivo captar o sentimento de operadores, analistas e gestores para o comportamento do Ibovespa na semana seguinte.

Entre os participantes, 75% esperam que a próxima semana será de ganhos para o índice, enquanto 16,67% acreditam em estabilidade e 8,33%, em perdas. No levantamento anterior, 70% previam alta e 30%, baixa. O principal índice da B3 subiu 0,83% na semana.

O período entre 9 e 13 de agosto será marcado pela divulgação de dados de inflação no Brasil, China e Estados Unidos. Aqui, o IBGE informa o resultado do IPCA de julho na terça-feira, mesmo dia em que sai a ata da reunião do Copom do Banco Central. Eventos que, combinados, poderão redimensionar o quadro das expectativas para a Selic. “Esperamos alta de 0,99% do IPCA de julho, refletindo pressão da energia elétrica, combustíveis e, em menor magnitude, de alimentação no domicílio”, disseram economistas do Bradesco.

A agenda local traz ainda a última leva de indicadores de atividade de junho, que servirão para balizar as estimativas para o PIB do segundo trimestre, entre eles os da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), os da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e o IBC-BR do Banco Central. Lá fora, os indicadores de preços ao produtor e ao consumidor na China estão previstos para a noite de domingo, e os de inflação no atacado e varejo americanos serão conhecidos na quarta e na quinta. Na temporada de balanços, a semana reserva resultados da Marfrig, JBS, BRF, Eletrobras, B3, Embraer e Suzano, entre outros.

Como o comércio estava na chegada da pandemia

Broadcast

O comércio apresentava sinais de enfraquecimento no início do ano passado, quando foi atingido pela pandemia. Medida pelo número de empresas e pelo pessoal ocupado, a atividade comercial vinha encolhendo desde 2014, de acordo com a Pesquisa Anual do Comércio do IBGE. Os dados são consolidados até 2019. Muito provavelmente os de 2020, a serem conhecidos no próximo relatório do IBGE, reforçarão essa tendência.

A pesquisa do IBGE mostra a evolução de indicadores do comércio entre 2010 e 2019. Examinados apenas alguns dados dos extremos dessa série, pode-se pensar que o comércio se expandiu em dez anos. O pessoal empregado, por exemplo, passou de 9,03 milhões em 2010 para 10,16 milhões em 2019, com aumento, portanto, de 12,5%.

Mas nem todos os outros indicadores apresentam crescimento entre o início e o fim da série abrangida pela pesquisa. E mesmo alguns que mostram crescimento, como o número de empregados, alcançaram o pico na primeira metade do período e vêm caindo há anos.

O número de empresas cresceu substancialmente entre 2010 e 2013 (passou de 1,54 milhão para 1,62 milhão, aumento de mais de 5%). Mas nos anos seguintes passou a cair. Entre 2013 e 2019, a redução foi de 11,7%.

Embora tenha aumentado na comparação entre 2010 e 2019, o total de empregados no comércio em 2019 era 4,4% menor do que em 2014. Passou, nessa comparação, de 10,63 milhões para 10,16 milhões de pessoas. Em relação a 2018, o pessoal ocupado em 2019 diminuiu 0,4%. No último ano da série pesquisada pelo IBGE, o comércio ainda enfrentava os efeitos da recessão iniciada em 2015, como consequência do fracasso da política econômica da presidente Dilma Rousseff. Na pandemia, foi um dos segmentos mais duramente atingidos, por causa das restrições às vendas presenciais. Esse impacto será aferido na próxima pesquisa.

Ao longo do período abrangido pela pesquisa, houve mudanças estruturais no setor, que é dividido em três grandes áreas: comércio de veículos, peças e motocicletas; comércio por atacado; e comércio varejista. Cada área tem vários segmentos. O de

veículos automotores, que era o segundo mais relevante do comércio em termos de receita em 2010, caiu para a quinta posição em 2019.

Para tributaristas, reforma eleva impostos de pequenas empresas

O Estado de S. Paulo

A proposta de tributação de lucros e dividendos incluída na reforma do Imposto de Renda poderá elevar a carga tributária de pequenas e médias empresas que optam pelo regime de lucro presumido. Segundo tributaristas, a redução do IRPJ também proposta no texto não vai compensar a tributação de dividendos na fonte – com uma alíquota de 20% para essas empresas. “O projeto quase condena à morte as empresas desse regime de lucro presumido”, afirma Rodrigo Dias, que faz parte do Conselho Jurídico do Sindicato da Habitação (Secovi-sp) e é sócio do VBD Advogados.

O Secovi realizou uma simulação com uma empresa com seis sócios e receita bruta mensal de R\$ 405 mil. Considerando uma média mensal dos pagamentos de tributos, atualmente o total chegaria a R\$ 25.256,50. Já com a mudança no IR, esse total passaria a R\$ 43.076,50 – aumento de quase 71%. Segundo Dias, o aumento da carga tributária poderá variar dependendo de cada empresa, mas ele reitera que será significativo.

O lucro presumido é um regime de tributação simplificado usado por empresas com faturamento de até R\$ 78 milhões ao ano e que não estejam obrigadas à apuração pelo regime de lucro real devido a suas atividades ou constituição societária. Concentra pequenas e médias empresas, além de microempresas, que não se enquadram no Simples por determinadas restrições. O regime de lucro real, considerado mais complexo e que demanda estruturas mais robustas, é o usado por grandes companhias. “Esse regime permitiu a formalização de pequenos empreendedores e é responsável por cinco milhões de empregos só em São Paulo. Esse aspecto da reforma é uma maluquice”, afirma Ely Wertheim, diretor do Secovi.

Tarcísio Tamanini, líder de Inovação da Laclaw Consultoria Tributária, concorda que a proposta aumentará a carga tributária. “Muitas empresas no lucro presumido

trabalham com margens curtas de lucro e com produtos de preços inelásticos, ou seja, um cenário em que não é possível simplesmente repassar a carga tributária elevada no custo, pois isso inviabilizaria a venda. Se as margens forem estreitas, o negócio pode de fato não se sustentar mais”, afirma.

Grandes empresas dobram lucro no 2º trimestre

O Estado de S. Paulo

O lucro de dez empresas entre as maiores da Bolsa dobrou em relação ao primeiro trimestre de 2021, passando de R\$ 52 bilhões para R\$ 110 bilhões. Retomada da economia, alta de preços das commodities e câmbio explicam os resultados.

Grandes empresas e bancos de capital aberto que divulgaram seus resultados no segundo trimestre tiveram um dos períodos mais fortes de lucratividade dos últimos anos. Impulsionado pela retomada da economia após as restrições da pandemia, pela alta de preços das commodities e pelo câmbio favorável à exportação, o lucro de dez empresas entre as maiores da Bolsa brasileira dobrou em relação ao primeiro trimestre de 2021, passando de R\$ 52 bilhões para R\$ 110 bilhões. Em relação ao mesmo período de 2020, os ganhos se multiplicaram por dez. O levantamento incluiu dez negócios de diferentes setores que já divulgaram o balanço do período: Petrobras, Vale, Itaú, Bradesco, Weg, Ambev, Gol, Braskem, Telefônica e Usiminas. Na maior parte das empresas, os recursos vêm como um alívio, após duas grandes crises: a de 2017 e 2018, no governo Dilma, e a do confinamento no ano passado, quando a atividade econômica ficou restrita.

Petrobras e Vale estão entre as que mais se destacaram no período. A petroleira (R\$ 42,8 bilhões) e a mineradora (R\$ 40,1 bilhões) tiveram lucros históricos de abril a junho. A Petrobras disse que, apesar do desempenho positivo, boa parte da geração de caixa ainda é destinada ao pré-pagamento da dívida. As restrições de oferta por todo o mundo se somaram à demanda em alta e provocaram efeito disseminado nos preços de todo o setor básico. Braskem e Usiminas, que fabricam bens intermediários, também viram seus resultados dispararem.

“Os resultados das empresas de commodities vão trazer crescimento para o Brasil”, afirma Luis Sales, estrategista da Guide. Segundo ele, esse efeito é um dos componentes por trás das previsões de avanço em torno de 5% do PIB em 2021.

Enquanto as empresas retomam investimentos, os bancos fortalecem o caixa. Afastada a ameaça de uma explosão de inadimplência, as instituições diminuíram provisões para calotes e retomar o ritmo dos créditos. “A partir de agora já vivenciamos a perspectiva de um cenário mais próximo ao do pré-pandemia”, disse o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari.

Após apurar lucro de R\$ 6,5 bilhões no segundo trimestre, o Itaú Unibanco elevou a perspectiva para o crédito neste ano e passou a prever crescimento de até 11,5%. Mais financiamentos significam impulso maior à economia, com dinheiro para consumo e investimento. O efeito, porém, esbarra na alta do custo. Com os riscos de a inflação permanecer em patamar elevado, o Banco Central acelerou o ritmo de alta na taxa básica de juros e as projeções indicam uma Selic próxima a 8% no fim do ano.

Os preços têm sido repassados a consumidores ávidos pela autoindulgência. A Ambev, por exemplo, viu seus volumes crescerem acima do nível pré-pandemia na maior parte dos setores em que atua. A cervejeira lucrou de R\$ 3 bilhões no período, 123% a mais em um ano.

A recuperação da pandemia ainda não chegou a todo mundo. “Existem disparidades”, afirma Carlos Antonio Rocca, do Centro de Estudos de Mercado de Capitais da Fipe. “O setor de papel e celulose está investindo pesadamente, a siderurgia se movimenta para na mesma linha e a indústria de construção está em decolagem, mas ainda tem uma parcela em que as indicações são contrárias.” Como exemplo, ele cita as indústrias de moda, confecção e calçados.

Americanas inicia negociação para comprar a Marisa

Broadcast

A Americanas informou que manteve contato preliminar com a Lojas Marisa para uma eventual oportunidade de aquisição, mas que neste momento não há qualquer tipo de formalização de interesse. A confirmação das conversas foi suficiente para fazer a

ação da Marisa disparar ontem na B3, a Bolsa brasileira. O papel subiu 6,79%, fechando o dia a R\$ 7,86.

A Marisa informou que contratou a assessoria da Lazard para avaliar alternativas de otimização de sua estrutura de capital (incluindo sua unidade de negócios Mbank, voltada ao crédito). No entanto, disse que, neste momento, não há acordo concreto para a realização de uma operação, seja com as Americanas S.A. ou outro participante de mercado. A varejista também está sendo assessorada pelo Credit Suisse na operação.

O fato relevante faz parte do esforço da Lojas Marisa de encontrar um parceiro de negócios para sair do momento de dificuldades. Faz alguns anos que a empresa busca alternativas de mercado para uma venda. No passado, a família Goldfarb, controladora do negócio, já manteve conversas com a Renner e a própria Americanas, mas as tratativas não prosperaram. A aposta, agora, é que dentro do conceito de marketplace – em que as grandes varejistas precisam ter um leque maior de produtos para vender – a Americanas esteja avaliando a Marisa para ampliar seu portfólio e confrontar rivais como o Magazine Luiza e o Mercado Livre. Além disso, seria uma oportunidade, dada a baixa avaliação do negócio na Bolsa e o fato de a Marisa estar sendo oferecida por bancos de investimento ao mercado há bastante tempo.

A Lojas Americanas tem demonstrado que pode ser agressiva em sua expansão. Há exatamente um ano, levantou em uma oferta de ações na Bolsa brasileira quase R\$ 8 bilhões, com o acionista controlador – um veículo de investimento do trio Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira – injetando novos recursos na empresa.

O último “boom” vivido pela Marisa foi há mais de dez anos, na época da explosão do consumo da classe C, no governo Lula. Na época, a companhia empreendeu um projeto de expansão e chegou a 400 lojas, inclusive investindo em nichos, como o de lingerie. No entanto, quando a crise veio, a partir de 2014, atingindo em cheio a baixa renda, a companhia começou a sofrer. No primeiro trimestre de 2021, a companhia teve prejuízo de R\$ 53,4 milhões, uma queda de 50% em relação ao resultado negativo obtido no mesmo período do ano anterior, que havia sido de R\$ 107,1 milhões. Entre janeiro e março, a companhia viu as vendas no varejo caírem 30%. Em 2020, a companhia havia tido um prejuízo de R\$ 432 milhões; no ano anterior, antes do início da pandemia, a perda foi de R\$ 91 milhões.

Dona da Casas Bahia mira a população ‘sem banco’

O Estado de S. Paulo

Se de um lado a Via (ex-via Varejo) tem buscado nos últimos dois anos reformular todo o seu negócio para se reposicionar cada vez mais como uma empresa de tecnologia, de outro enxerga em um de seus serviços mais antigos uma importante via de crescimento: o conhecido carnê herdado das Casas Bahia.

Agora, seis décadas depois do lançamento do crediário pela empresa, que nada mais é do que o crédito dado pelo varejista, ele retorna ao ponto central de expansão da companhia, mirando um contingente de brasileiros desbancarizados que poderão, ao se tornarem clientes, parcelar a compra de eletrodomésticos, por exemplo.

O tradicional carnê de papel, em que o cliente vai até a loja todos os meses para efetuar o pagamento, continua existindo e segue uma peça importante dessa estratégia, visto que a digitalização ainda não chegou para todos os brasileiros. Das receitas com vendas da companhia, cerca de 33% têm como origem esses crediários. Dessa fatia, metade vem dos carnês impressos. Ainda é muito, mas antes da pandemia correspondia a 80% – provando que mesmo as classes mais pobres da população estão inseridas no mundo digital.

“Na essência fomos a primeira companhia a conceder crédito. Temos um crediário próprio e isso nos dá a chance de penetrar em uma camada da população em que o cartão de crédito não chega”, diz o presidente da Via, Roberto Fulcherberguer, em entrevista ao Estadão.

Para o crediário, que por definição tem raízes na loja física, a companhia lançou há cerca de um ano a versão digital. Na prática, trata-se de um empréstimo que a empresa dá ao cliente para a compra de um determinado produto. O débito pode ser dividido, no caso da Via, em até 24 meses. Com isso, mesmo quem não tem um cartão de crédito, ou aquele que não tem limite, pode ir às compras. Para a Via, além da experiência no velho carnê, o trunfo que carrega embaixo do braço é o número que comprova que o cliente que compra usando o crediário, físico ou digital, é muito fiel. “Mais de 50% daqueles que compram no crediário voltam e muitos antes de terminar de pagar”, conta o presidente da empresa.

Para Fulcherberguer, com o crédito dado na vida online do cliente, o potencial é que o ecommerce dê um novo salto ao alcançar novas camadas da população “O e-commerce responde por apenas 10% do mercado e principalmente nos grandes centros onde as pessoas têm um cartão no bolso”, diz o executivo. Toda essa transformação, com a empresa buscando mostrar força em outras áreas, incluindo a de crédito, foi uma das razões de a companhia ter retirado o “varejo” de seu nome, segundo o executivo.

A companhia obteve licença para que seu banco digital, o Banqi, passe a operar como uma instituição financeira, oferecendo empréstimos na modalidade de Sociedade de Crédito Direto (SCD). “Iremos aumentar o relacionamento que temos com nosso cliente e prover outras linhas de crédito”, comenta André Calabro, executivo chefe de finanças e estratégias do Banqi.

O coordenador da FGV, Joelson Sampaio, fala em uma tendência no setor. “Esse modelo atende o público bancarizado, mas o grande beneficiário está fora do sistema bancário”.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão; Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUN)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.071,64
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.540,16
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-468,52

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Maio) (base: igual mês ano anterior) (%)				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,7	2,8	-22,1	25,3
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,6	-0,8	-17,8	5,1
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	5,0	2,8	-17,2	19,2
INFLAÇÃO (Acumulado até Maio)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4

População em idade de trabalhar 7.312 (100%) 7.410 (100%) 7.620 (100%) 7.623 (100%)				
	4.088	4.185	3.808	3.631
Força de trabalho (mil)	(56%)	(56%)	(50%)	(48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)				
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

CADASTRO GERAL DE DESEMPREGADOS E EMPREGADOS DO CEARÁ (JAN-MAIO)		
Indicadores	2020	2021
Contratações	136.612	182.814
Demissões	181.915	158.869
Saldo de Empregos Gerados	-45.303	23.945

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (JAN - JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP